

Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Administradores da
Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A.
São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (“PMEs”), conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às PMEs, conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) (NBC TG 1000 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Estrella Salvia
Contador
CRC nº 1 SP 253391/O-2

CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	explicativa	2025	2024	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.674.734	4.992.557	9.392.069	9.845.589	Fornecedores	12	2.163.978	851.317	2.307.472	1.997.004
Contas a receber	6	8.717.137	11.023.124	13.096.298	17.741.326	Empréstimos e financiamentos	13	16.031.755	21.243.047	17.265.778	24.222.703
Estoques	7	217.412	250.824	3.208.118	4.676.948	Obrigações tributárias	14	3.029.671	2.753.987	4.566.963	3.640.803
Outros créditos		352.639	591.324	1.083.495	1.153.889	Obrigações trabalhistas	15	871.805	563.944	1.222.678	921.984
Empréstimos e mútuos		353.311	-	353.311	-	Dividendos a pagar	19.e)	608.423	937.141	608.423	937.141
Despesas antecipadas		187.216	45.558	194.947	55.956	Outras obrigações	18	936.143	1.127.131	958.160	1.289.567
Total do ativo circulante		16.502.450	16.903.388	27.328.239	33.473.706	Participações societárias a pagar	17	7.970.941	15.699.563	7.970.941	15.699.563
						Total do passivo circulante		31.612.716	43.176.129	34.900.414	48.708.764
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	8	1.020.140	12.171.277	1.020.140	12.171.277	Empréstimos e financiamentos	13	46.003.747	34.746.518	46.878.747	38.308.529
Investimentos	9	54.820.076	62.546.917	-	-	Outras obrigações	18	116.036	17.595	116.036	17.595
Imobilizado	10	56.834.353	55.627.966	97.773.745	102.359.097	Total do passivo não circulante		46.119.784	34.764.113	46.994.784	38.326.124
Intangível	11	104.292	135.378	7.321.883	8.475.492						
Total do ativo não circulante		112.778.861	130.481.538	106.115.769	123.005.866	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	19.a)	35.575.864	35.575.864	35.575.864	35.575.864
						Reserva especial de ágio	19.b)	24.805.860	24.805.860	24.805.860	24.805.860
						Reserva legal	19.c)	1.372.909	1.372.909	1.372.909	1.372.909
						Reservas de lucros (prejuízo acumulado)	19.d)	(10.950.115)	7.690.052	(10.950.115)	7.690.052
						Reserva de incentivos com ações	19.f)	744.293	-	744.293	-
						Total do patrimônio líquido		51.548.811	69.444.685	51.548.811	69.444.685
TOTAL DO ATIVO		129.281.311	147.384.927	133.444.008	156.479.573	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		129.281.311	147.384.927	133.444.008	156.479.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	42.568.191	39.448.254	68.755.077	71.003.573
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS	21	(17.862.029)	(16.040.580)	(27.299.454)	(30.488.201)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		24.706.162	23.407.675	41.455.623	40.515.372
Despesas com vendas	21	(4.771.467)	(2.880.163)	(7.525.315)	(6.745.724)
Despesas gerais e administrativas	21	(14.676.036)	(9.996.273)	(17.040.435)	(13.152.266)
Resultado de equivalência patrimonial	9	8.384.431	7.427.483	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	21	(10.776.160)	1.087.875	(10.600.538)	1.962.071
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.866.929	19.046.597	6.289.334	22.579.452
Receitas financeiras	22	3.411.969	4.668.757	3.945.373	6.062.409
Despesas financeiras	22	(14.171.359)	(8.973.769)	(15.114.343)	(11.039.699)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(7.892.461)	14.741.585	(4.879.636)	17.602.162
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(7.550.862)	(5.496.746)	(10.563.687)	(8.357.324)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(15.443.323)	9.244.839	(15.443.323)	9.244.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15.443.323)	9.244.839	(15.443.323)	9.244.839
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(15.443.323)</u>	<u>9.244.839</u>	<u>(15.443.323)</u>	<u>9.244.839</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial de ágio	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva de incentivo com ações	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		35.575.864	24.805.860	-	910.667	849.430	-	-	62.141.821
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.244.839	-	9.244.839
Constituição de reserva legal	19.c)	-	-	-	462.242	-	(462.242)	-	-
Distribuição de dividendos	19.d)	-	-	-	-	(3.401.979)	-	-	(3.401.979)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	1.460.004	-	1.460.004
Reserva estatutária de lucros		-	-	-	-	10.242.601	(10.242.601)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>35.575.864</u>	<u>24.805.860</u>	<u>-</u>	<u>1.372.909</u>	<u>7.690.052</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.444.685</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	(15.443.323)	-	-	(15.443.323)
Distribuição de dividendos	19.d)	-	-	-	-	(3.196.844)	-	-	(3.196.844)
Reserva de incentivos com ações	19.f)	-	-	744.293	-	-	-	-	744.293
Transferência de lucros para prejuízo		-	-	-	-	10.950.115	-	(10.950.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>35.575.864</u>	<u>24.805.860</u>	<u>744.293</u>	<u>1.372.909</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.950.115)</u>	<u>51.548.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(7.892.461)	14.741.585	(4.879.636)	17.602.162
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício					
com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	10.855.133	11.429.793	15.215.810	15.311.573
Baixa de imobilizado e intangível		199.080	1.555.242	86.598	1.906.940
Atualizações monetárias, descontos obtidos e concedidos, líquidos		(328.997)	437.109	(751.091)	488.559
Outros		232.132	(24.138)	(69.830)	129.371
Equivalência patrimonial	9	(8.384.431)	(7.427.483)	-	-
Provisão para créditos com perdas esperadas	21	(3.359.135)	(1.854.124)	(4.205.719)	(2.129.745)
Provisão de pagamento baseado em ações (SOP / Phantom Shares)	18 e 19.f)	842.734	-	842.734	-
Ajuste de renegociação de aquisição de controlada	9.a)	10.300.437	-	10.300.437	-
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	13.b)	10.495.854	8.031.294	11.327.487	9.512.850
Variações nos ativos e passivo operacionais:					
Contas a receber		7.176.008	(740.175)	10.361.633	(2.265.252)
Estoques		33.412	312.762	1.468.829	6.864.569
Recuperação de impostos		(255.804)	(1.484.625)	(255.804)	(1.799.484)
Outros créditos		238.685	(570.382)	70.393	(608.560)
Despesas antecipadas		(141.658)	(13.620)	138.991	(24.018)
Fornecedores		1.312.661	(1.803.467)	310.467	(2.829.030)
Obrigações tributárias		275.684	(761.815)	926.160	(583.988)
Obrigações trabalhistas		307.861	157.799	300.694	126.221
Outras contas a pagar		(190.989)	496.339	(331.407)	89.923
Pagamento de juros sobre empréstimos	13.b)	(10.534.296)	(7.927.955)	(11.298.570)	(8.970.172)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.579.932)	(4.540.453)	(9.156.438)	(7.110.946)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>4.601.981</u>	<u>10.013.686</u>	<u>20.401.740</u>	<u>25.710.973</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao ativo imobilizado	10	(14.490.941)	(7.978.687)	(14.960.721)	(26.151.873)
Resultado venda de imobilizado		3.139.453	-	3.951.781	729.393
Concessão de mútuo a sócios		(353.311)	-	(353.311)	-
Aplicação financeira	8	11.151.137	(7.121.277)	11.151.137	(7.129.383)
Adições ao ativo intangível	11	(22.032)	(18.454)	(22.032)	(18.454)
Aumento de capital em controlada	9	-	(4.300.000)	-	-
Distribuição de lucros da investida para controlada	9	13.778.001	-	-	-
Aquisições de controladas	9.a)	-	(9.000.000)	-	(9.000.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>13.202.307</u>	<u>(28.418.418)</u>	<u>(233.146)</u>	<u>(41.570.316)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos	13.b)	51.712.599	26.000.000	51.712.599	29.500.000
Pagamento do principal	13.b)	(45.628.219)	(11.793.732)	(50.128.222)	(17.233.650)
Aquisições de controladas		(18.680.928)	-	(18.680.928)	-
Pagamento de dividendos	19.e)	(3.525.563)	(2.993.762)	(3.525.562)	(2.993.762)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(16.122.111)</u>	<u>11.212.507</u>	<u>(20.622.113)</u>	<u>9.272.588</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.682.177</u>	<u>(7.192.226)</u>	<u>(453.519)</u>	<u>(6.586.755)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.992.557	12.184.783	9.845.589	16.432.344
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.674.734	4.992.557	9.392.069	9.845.589
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.682.177</u>	<u>(7.192.226)</u>	<u>(453.519)</u>	<u>(6.586.755)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A. (“Companhia” ou “Clean Medical”), em conjunto com as entidades controladas (“Grupo”) descritas na nota explicativa nº 1.1, atuam preponderantemente no ramo de locação de equipamentos hospitalares e venda de acessórios para equipamentos hospitalares. O Grupo atua ainda na prestação de serviços continuados que envolvem manutenção, suporte e monitoramento constante dos equipamentos hospitalares locados.

1.1. Relação de entidades controladas

Em 29 de junho de 2023 a Companhia adquiriu 100% das cotas das empresas Agile Med Importação e Exportação S.A. (“Agile Med”), AGL Medical Equipamentos Hospitalares Ltda. (“AGL”), Top Care Produtos e Serviços Hospitalares Ltda. (“Top Care”) e RR Medical Produtos e Serviços Hospitalares Ltda. (“RR Medical”). Como parte do processo de reorganização societária, em setembro de 2023, as empresas Top Care e RR Medical foram incorporadas pela Agile Med. Posteriormente, em maio de 2024, a AGL também foi incorporada pela Agile Med.

1.2. Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.572.175 e prejuízo no exercício de R\$ 15.433.323. Esses efeitos estão relacionados, principalmente, à captação de recursos realizada ao longo do exercício, destinada ao pagamento de participações societárias e ao fortalecimento da estrutura de capital, visando maior flexibilidade financeira e suporte à estratégia de expansão. Apesar do resultado contábil negativo, a Companhia registrou geração de caixa operacional positiva de R\$ 20.401.740 no exercício de 2025 e de R\$25.710.973 em 2024, evidenciando a solidez das operações e a capacidade de geração de caixa recorrente. A Administração entende que a continuidade da execução dos contratos vigentes, aliada à expansão da base de clientes, tende a contribuir positivamente para o desempenho econômico-financeiro nos próximos períodos. Adicionalmente a companhia captou empréstimos em 2026 no montante de R\$10.000.000 conforme nota explicativa nº 28.b) para fazer frente às suas necessidades de caixa de curto prazo.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme o pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

2.3. Continuidade operacional

A Administração possui, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados são mensurados usando a moeda local (real - R\$), que foi designada como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia.

2.5. Estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das políticas contábeis são: provisão para perdas de crédito esperadas (nota explicativa nº 6), vida útil dos ativos imobilizados (nota explicativa nº 10) e provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 16).

2.6. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Sociedade obtém o controle até a data em que a Sociedade deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àsquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Nome	Controlada	% de participação no capital social		
		2025	2024	Atividade
Agile Med Importação e Exportação S.A.	Direta	100	100	Aluguel de equipamentos hospitalares e venda de acessórios.

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio.

Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. Caso os ajustes sejam referentes a fatos e circunstâncias que não eram existentes na data de aquisição, o ajuste deve ser efetuado no resultado do exercício.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

3. NORMAS NOVAS E REVISADAS EMITIDAS E AINDA NÃO APLICÁVEIS

Alterações feitas nos pronunciamentos completos (“full” IFRS) não se aplicam ao CPC PME até que tais alterações sejam incorporadas ao CPC PME. O CPC espera propor alterações pela publicação de minuta para discussão periodicamente, mas não mais frequentemente do que aproximadamente uma vez a cada três anos. Como não houve mudanças no CPC PME, a Sociedade decidiu por seguir as orientações do CPC PME e não optou por aplicar alterações provenientes do “full” IFRS/CPC.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem substancialmente, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações, que não excedem o seu valor de realização.

c) Contas a receber de clientes e provisão para perdas de créditos esperada

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos, prestação de serviços e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas, ajustadas a valor presente quando necessário, e deduzidas da provisão para créditos com perdas esperadas.

A provisão é constituída com base em dois critérios: (i) para os títulos vencidos há mais de 365 dias, a provisão é constituída integralmente de forma automática, sendo aplicado adicionalmente o critério de efeito vagão, pelo qual todos os demais títulos de um cliente que apresente qualquer recebível nessa faixa de atraso são igualmente provisionados em sua totalidade, independentemente do prazo de vencimento, em razão do risco de crédito sistêmico associado ao devedor; e (ii) para os títulos vencidos entre 181 e 365 dias, a Companhia realiza análise individual, com base na classificação de probabilidade de perda atribuída pela equipe jurídica, que considera o histórico de pagamento, a existência de garantias, o estágio de cobrança e a situação litigiosa do devedor, quando aplicável. O montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

d) Receita operacional

A receita líquida é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue:

Receita de locação e de prestação de serviço

A receita de aluguel é reconhecida pelo regime de competência, com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador (conceito similar ao de transferência de controle, ainda que as alterações do CPC 47 não tenham sido aprovadas até a presente data para aplicação nas Companhias que se utilizam do CPC PME). Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser mensuradas.

As receitas provenientes de contratos de serviços são reconhecidas quando os termos significativos do acordo são exequíveis, os serviços foram entregues e o recebimento é razoavelmente garantida. O método de reconhecimento das receitas e custos depende da natureza dos serviços prestados.

Receita de revenda de acessórios de equipamentos

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de acessórios de equipamentos. As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

e) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora e na controlada, o imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre a receita bruta pelo regime presumido (32% sobre a receita bruta de receitas com locação de equipamentos hospitalares e prestação de serviços, e 8% sobre a receita bruta de receitas com revenda de insumos e acessórios para equipamentos hospitalares) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a receita bruta pelo regime presumido (32% sobre a receita bruta de receitas com locação de equipamentos hospitalares e prestação de serviços, e 12% sobre a receita bruta de receitas com revenda de insumos e acessórios para equipamentos hospitalares) e sobre as receitas financeiras.

Nos exercícios de 2024 e 2025, a apuração e o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social foram efetuados pelo regime de caixa, conforme permitido pela legislação aplicável às pessoas jurídicas tributadas pelo regime de lucro presumido.

f) Impostos sobre as vendas e serviços

Para as operações de locação de equipamentos hospitalares, prestação de serviços e revenda de insumos e acessórios para equipamentos de locação, a contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de cumulatividade).

Nos exercícios de 2024 e 2025, a apuração e o recolhimento do PIS e da COFINS foram efetuados pelo regime de caixa, conforme permitido pela legislação aplicável às pessoas jurídicas tributadas pelo regime cumulativo.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre vendas é calculado sobre as receitas de vendas de mercadorias, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor. As alíquotas do ICMS aplicáveis às operações da Companhia variam de 4% a 18%.

O Imposto sobre Serviços - ISS é calculado de forma similar ao regime de cumulatividade, sendo aplicada a alíquota de 5% na localidade onde a Companhia executa seus serviços.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda.

Perdas estimadas com estoques

A estimativa para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

h) Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos. Os itens de imobilizado e intangível que apresentam indicadores de perda do valor recuperável têm seus valores contábeis revisados para assegurar que eventual provisão para perda do valor contábil em relação ao valor recuperável seja registrada no resultado dos exercícios.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC PME o ágio é amortizado e sua recuperação é revisada anualmente, se houver indicativos de “impairment”. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior.

Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

j) Instrumentos financeiros ativos e passivos

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros foram contabilizados e estão sendo apresentados conforme disposições integrais das Seções 11 e 12 da NBC TG 1000 (R1). A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída no presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões constituídas para processos judiciais representam perdas prováveis com base em avaliação efetuada pela Administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos.

l) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não mantém como prática a concessão de benefícios de longo prazo a seus empregados.

m) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	54.839	626.882	483.095	766.113
Aplicações financeiras (i)	6.619.894	4.365.675	8.908.975	9.079.476
	<u>6.674.734</u>	<u>4.992.557</u>	<u>9.392.069</u>	<u>9.845.589</u>

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") emitidos e compromissados por instituições de primeira linha, que é um investimento de renda fixa, de risco baixo, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi de 100% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (i)	9.740.317	16.399.486	13.458.920	21.715.468
Clientes a faturar (ii)	717.572	338.735	2.247.899	2.172.189
Provisão para créditos com perdas esperadas	<u>(1.740.752)</u>	<u>(5.715.097)</u>	<u>(2.610.521)</u>	<u>(6.146.331)</u>
	<u>8.717.137</u>	<u>11.023.124</u>	<u>13.096.298</u>	<u>17.741.326</u>

- (i) O prazo médio de recebimento para a controladora é de 76 dias em 2025 (48 dias em 2024) e no consolidado é de 62 dias em 2025 (62 dias em 2024).
- (ii) Clientes cujo contrato de locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e será faturado em período subsequente; a receita é apurada conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber e no resultado da Companhia.

a) A movimentação da provisão para créditos com perdas esperadas está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(6.254.963)	(6.438.890)
Provisão	(1.887.454)	(2.786.799)
Reversão das provisões	33.329	3.079.358
Baixa de perda efetiva	2.393.991	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(5.715.097)	(6.146.331)
Provisão	(3.494.350)	(4.368.063)
Reversão das provisões	135.216	292.424
Baixa de perda efetiva	7.333.479	7.611.449
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.740.752)	(2.610.521)

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A análise do vencimento das contas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	5.143.439	5.210.386	7.124.948	7.480.373
Vencidos de 1 a 60 dias	1.720.655	2.987.713	2.365.645	4.758.496
Vencidos de 61 a 120 dias	1.186.199	1.046.966	1.353.028	1.357.103
Vencidos de 121 a 180 dias	738.888	901.877	785.822	1.185.921
Vencidos de 181 a 365 dias	599.890	537.448	929.916	787.244
Vencidos acima de 365 dias	351.246	5.715.096	899.560	6.146.331
	<u>9.740.317</u>	<u>16.399.486</u>	<u>13.458.920</u>	<u>21.715.468</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadoria para revenda	217.412	250.824	3.208.118	4.525.015
Importação em andamentos	-	-	-	151.933
	<u>217.412</u>	<u>250.824</u>	<u>3.208.118</u>	<u>4.676.948</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Retenção sobre operação de crédito bancário (i)	1.020.140	7.875.812	1.020.140	7.875.812
Aplicação financeira de longo prazo	-	4.295.465	-	4.295.465
	<u>1.020.140</u>	<u>12.171.277</u>	<u>1.020.140</u>	<u>12.171.277</u>

(i) Crédito retido de operação de dívida sobre o montante total da operação de crédito com o Itaú (nota explicativa nº 13).

9. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Investimento (a)	33.817.150	26.640.650
Aporte de capital	-	7.176.500
Equivalência patrimonial	4.650.265	10.043.834
“Goodwill” (b)	3.506.748	3.506.748
Amortização ágio/“goodwill”	(876.687)	(526.012)
Mais-valia em investimento (c)	18.679.093	18.679.093
Depreciação e amortização de mais-valia	(4.956.493)	(2.973.896)
Total	<u>54.820.076</u>	<u>62.546.917</u>

- (a) Em 29 de junho de 2023, a Companhia celebrou contrato de compra e venda por meio do qual adquiriu 100% da participação societária das empresas Agile Med Importação e Exportação S.A., AGL Medical Equipamentos Hospitalares Ltda., Top Care Produtos e Serviços Hospitalares Ltda. e RR Medical Produtos e Serviços Hospitalares Ltda. (“Grupo Agile”).

Conforme o “Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” firmado entre as partes, o preço de aquisição foi definido entre o valor mínimo de R\$29.000.000 e o valor máximo de R\$53.756.893, a ser liquidado conforme as seguintes condições:

- Parcela fixa de R\$29.000.000, com pagamento à vista de R\$13.000.000, R\$9.000.000 em junho de 2024 e R\$7.000.000 em junho de 2025. Esta última parcela, a valor presente em 31 de dezembro de 2024, correspondia a R\$5.787.777.
- “Earn-out” - remuneração variável por atingimento de metas, podendo alcançar o valor total de R\$24.756.893, sendo 50% referente ao ano de 2023, a ser pago em 2024, e 50% referente ao ano de 2024, a ser pago em 2025, devida exclusivamente aos sócios vendedores e condicionada ao atingimento de metas de EBITDA ajustado da operação de locação do Grupo Agile.

Para o exercício de 2023, o EBITDA ajustado da operação de locação não atingiu o patamar previsto contratualmente, razão pela qual não houve pagamento de “earn-out” em 2024. Para o exercício de 2024, a Companhia registrou provisão no montante de R\$9.911.785, considerando a expectativa de atingimento das metas contratuais.

Em 18 de dezembro de 2023 foi celebrado aumento de capital social da Agile Med Importação e Exportação S.A. no valor de R\$12.000.000, e em 27 de agosto de 2024 foi realizado novo aumento de capital no valor de R\$7.176.500 sendo R\$4.300.000 em caixa e R\$2.876.500 através da conversão do AFAC realizado em 2023.

Em 26 de fevereiro de 2025, a Companhia firmou acordo com os vendedores das sociedades adquiridas do Grupo Agile que alterou substancialmente as condições de pagamento do saldo remanescente do preço de aquisição, originalmente previsto no contrato celebrado em 29 de junho de 2023.

As cláusulas originais de earn-out estavam vinculadas ao desempenho operacional do Grupo Agile. A Companhia havia registrado as estimativas relacionadas à remuneração variável com base nas informações disponíveis à época e nas expectativas de desempenho previstas contratualmente. A Companhia entendia que as condições de performance não haviam sido integralmente atingidas; entretanto, os vendedores manifestavam entendimento distinto quanto às condições do contrato relativas a forma e periodicidade de apuração dos resultados, o que poderia resultar em potencial disputa entre as partes.

Com o objetivo de encerrar eventuais divergências de interpretação contratual, mitigar riscos de litígio e conferir maior previsibilidade às obrigações remanescentes, as partes acordaram a novação das obrigações após um processo de negociação amigável.

O novo instrumento contratual estabeleceu a novação do valor residual do preço de compra, abrangendo integralmente quaisquer montantes que seriam devidos a título de parcelas vincendas e de remuneração variável (“earn-out”), anteriormente condicionada ao atingimento de metas de desempenho. Com a novação, o valor passou a ser fixado em R\$26.000.000, certo, líquido e determinado, gerando um incremento no passivo.

O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

- R\$10.000.000 em 30 de setembro de 2025.
- R\$8.250.000 em 30 de dezembro de 2025.
- R\$7.750.000 em 30 de abril de 2026.

As parcelas estão sujeitas à atualização monetária pela variação do IPCA, tomando como base o índice de fevereiro de 2025 (data da assinatura do acordo) até o mês do efetivo pagamento.

Na data da celebração do novo acordo, a Companhia possuía registrado em seu passivo o montante de R\$7.970.941, relacionado às obrigações remanescentes da aquisição, incluindo provisões de “earn-out” constituídas em exercícios anteriores. Em decorrência da novação contratual, que resultou na fixação do valor total de R\$26.000.000, a Companhia reconheceu um ajuste no passivo no montante de R\$10.300.437, registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na rubrica de outras receitas (despesas), líquidas.

Até 31 de dezembro de 2025 foram pagos R\$40.377.951 (R\$22.000.000 até 31 de dezembro de 2024), referentes à aquisição do Grupo Agile.

Dessa forma, o saldo total da obrigação após a referida reestruturação passou a refletir o valor certo, líquido e determinado estabelecido no novo instrumento contratual, sendo os efeitos financeiros devidamente apresentados na demonstração dos fluxos de caixa.

- (b) O “Goodwill” é registrado na conta de “Investimento” porque para a controladora faz parte do seu investimento na aquisição da controlada e como “ágio” no consolidado por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, custos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Sendo assim, na controladora não existe ágio destacado, e no consolidado o ágio é registrado na rubrica de intangível.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC PME o ágio é amortizado e sua recuperação é revisada anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (unidades geradoras de caixa) a fins de teste de “impairment”. Qualquer perda por “impairment” é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC PME, a Companhia realizou a análise de recuperabilidade do valor do ágio registrado no consolidado, associado à expectativa de rentabilidade futura da controlada. Com base nos testes de “impairment” aplicados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGCs”), não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, razão pela qual não houve necessidade de reconhecimento de perda no resultado do período.

- (c) A mais-valia refere-se a ativos relevantes identificados e passivos assumidos pela Companhia no qual deve ser reconhecido separadamente do ágio por rentabilidade futura (“goodwill”) quando atender o critério de separação ou critério legal determinados com a seção 19 do CPC PME - Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (“goodwill”).

Companhia contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos imobilizados e intangíveis do grupo Agile. Para os demais ativos e passivos após análises, concluiu-se que não havia diferenças significativas entre o valor registrado nos livros locais e o valor justo a ser contabilizado.

A movimentação da mais-valia atribuída aos ativos identificáveis adquiridos, incluindo a carteira de clientes e a mais-valia de imobilizado, está apresentada na tabela de movimentação de investimentos abaixo:

	2025	2024
Carteira de clientes	6.499.000	6.499.000
(-) Amortização da carteira de clientes	(1.911.470)	(1.146.882)
Mais-valia de imobilizado	12.180.093	12.180.093
(-) Depreciação de mais-valia de imobilizado	(3.045.022)	(1.827.014)
Total mais-valia em 31 de dezembro de 2025	<u>13.722.601</u>	<u>15.705.197</u>

	Agile Med	AGL Medical	RR Medical	Top Care	Total
<u>Investimentos</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.047.121	(648.533)	607.208	564.193	34.569.989
Resultado de equivalência patrimonial	7.907.442	(479.959)	-	-	7.427.483
Aumento de capital (caixa)	4.300.000	-	-	-	4.300.000
Aumento de capital (não caixa)	2.876.500	-	-	-	2.876.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.876.500)	-	-	-	(2.876.500)
Ajustes de exercícios anteriores nas investidas	894.923	-	-	-	894.923
Amortização de ágio	(350.675)	-	-	-	(350.675)
Incorporação entre investidas	42.909	1.128.492	(607.208)	(564.193)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.841.720	-	-	-	46.841.720
Resultado de equivalência patrimonial	8.384.431	-	-	-	8.384.431
Amortização de ágio	(350.675)	-	-	-	(350.675)
Distribuição de lucros da investida para controladora	(13.778.001)	-	-	-	(13.778.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	41.097.475	-	-	-	41.097.475
<u>Mais-valias</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.697.019	-	-	-	17.697.019
Depreciação de mais/menos-valia de imobilizado	(1.218.009)	-	-	-	(1.218.009)
Amortização de mais/menos-valia de carteira de clientes	(773.813)	-	-	-	(773.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.705.197	-	-	-	15.705.197
Depreciação de mais/menos-valia de imobilizado	(1.218.009)	-	-	-	(1.218.009)
Amortização de mais/menos-valia de carteira de clientes	(764.587)	-	-	-	(764.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.722.601	-	-	-	13.722.601
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.546.917	-	-	-	62.546.917
Saldo em 31 de dezembro de 2025	54.820.076	-	-	-	54.820.076

Balanço patrimonial das investidas

Os valores dos balanços patrimoniais das empresas investidas em 2025 são apresentados a seguir.

	2025			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Agile Med	42.630.112	4.162.697	38.467.415	8.384.431
Total	42.630.112	4.162.697	38.467.415	8.384.431

10. IMOBILIZADO

a) A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido do imobilizado é apresentada a seguir:

	Controladora							
	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em andamento	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.207.792	267.436	323.662	142.016	73.791.328	279.746	422.294	77.434.273
Adições	75.494	119.136	310.500	-	8.118.380	293.684	731.733	9.648.927
Baixas	(10.200)	-	(218.662)	-	(885.632)	-	(422.294)	(1.536.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.273.086	386.572	415.500	142.016	81.024.076	573.430	731.733	85.546.413
Adições	93.797	79.917	-	-	13.500.473	81.120	1.787.977	15.543.285
Baixas	(24.000)	-	-	-	(8.261.537)	-	(731.733)	(9.017.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.342.883	466.489	415.500	142.016	86.263.012	654.550	1.787.977	92.072.427
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.172.036)	(158.280)	(246.395)	(100.884)	(20.702.592)	(20.720)	-	(22.400.907)
Adições	(223.873)	(48.370)	(81.309)	(6.392)	(7.622.521)	(69.822)	-	(8.052.288)
Baixas	6.691	-	163.274		364.782	-	-	534.748
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.389.218)	(206.650)	(164.430)	(107.276)	(27.960.331)	(90.542)	-	(29.918.447)
Adições	(231.318)	(65.679)	(62.100)	(14.202)	(7.854.184)	(88.913)	-	(8.316.394)
Baixas	18.504	-	-	-	2.978.263	-	-	2.996.767
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.602.032)	(272.329)	(226.530)	(121.478)	(32.836.250)	(179.455)	-	(35.238.074)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	883.868	179.922	251.070	34.740	53.063.745	482.888	731.733	55.627.966
Saldo em 31 de dezembro de 2025	740.851	194.160	188.970	20.538	53.426.761	475.094	1.787.977	56.834.353

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em andamento	Total
<u>Custo</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.254.644	474.376	695.810	142.016	110.402.458	279.746	480.070	114.729.120
Adições	75.494	119.136	475.500	-	27.143.594	293.684	731.733	28.839.141
Baixas	(10.200)	-	(487.810)	-	(1.114.082)	-	(558.458)	(2.170.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.319.938	593.512	683.500	142.016	136.431.970	573.430	653.345	141.397.711
Adições	93.797	79.917	-	-	13.970.253	81.120	1.787.977	16.013.065
Baixas	(24.000)	-	(268.000)	-	(8.717.638)	-	(750.295)	(9.759.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.389.735	673.429	415.500	142.016	141.684.585	654.550	1.691.027	147.650.843
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.196.668)	(211.985)	(454.029)	(100.884)	(24.365.307)	(20.720)	-	(26.349.583)
Adições	(229.039)	(91.008)	(169.488)	(6.393)	(11.365.307)	(69.822)	-	(11.931.057)
Baixas	6.692	-	445.339	-	8.014	-	-	460.045
Depreciação acumulada da mais-valia	-	-	-	-	(1.218.009)	-	-	(1.218.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.419.015)	(302.993)	(178.178)	(107.277)	(36.940.609)	(90.542)	-	(39.038.613)
Adições	(166.483)	(180.067)	(84.100)	(14.202)	(12.119.228)	(88.913)	-	(12.652.993)
Baixas	18.504	-	35.750	-	2.978.263	-	-	3.032.517
Depreciação acumulada da mais-valia	-	-	-	-	(1.218.009)	-	-	(1.218.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.566.994)	(483.060)	(226.528)	(121.479)	(47.299.583)	(179.455)	-	(49.877.097)
<u>Valor contábil líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	900.924	290.519	505.321	34.739	99.491.352	482.888	653.345	102.359.097
Saldo em 31 de dezembro de 2025	822.741	190.369	188.972	20.537	94.385.002	475.095	1.691.027	97.773.745
Taxas de depreciação (ao ano%)	10%	20%	20%	10%	10%	4%	-	-

11. INTANGÍVEL

A movimentação do custo, da amortização acumulada e do valor contábil líquido do intangível é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado			
	Software	Software	Ágio/ “goodwill”	Carteira de Clientes	Marcas e Patentes
					Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	216.586	216.586	3.506.748	6.499.000	7.260
Adições	18.454	18.454	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	235.040	235.040	3.506.748	6.499.000	7.260
Adições	22.032	22.032	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(7.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	257.072	257.072	3.506.748	6.499.000	-
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(63.511)	(63.511)	(175.337)	(373.070)	-
Adições	(36.151)	(36.151)	(350.675)	(773.813)	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(99.662)	(99.662)	(526.012)	(1.146.883)	-
Adições	(53.118)	(53.118)	(350.675)	(764.587)	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(152.780)	(152.780)	(876.687)	(1.911.470)	-
<u>Valor contábil líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	135.378	135.379	2.980.736	5.352.117	7.260
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.292	104.292	2.630.061	4.587.530	-

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais diversos	190.505	198.104	266.634	326.764
Fornecedores nacionais de equipamentos	1.052.344	653.213	1.119.709	1.670.240
Fornecedores estrangeiros de equipamentos	921.129	-	921.129	-
	<u>2.163.978</u>	<u>851.317</u>	<u>2.307.472</u>	<u>1.997.004</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos conforme segue:

Instituição financeira	Modalidade	% Taxa ao ano	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2025	2024	2025	2024
Santander	Finimp	CDI + 3,35% a.a.	Nov./27	1.112.599	-	1.112.599	-
Itaú	Capital de Giro	CDI + 2,00% a.a.	Jul./27	-	23.250.000	-	23.250.000
Santander	Capital de Giro	CDI + 6,06% a.a.	Mai./27	6.239.571	10.399.286	6.239.571	10.399.286
Itaú	Capital de Giro	CDI + 3,00% a.a.	Jul./27	-	12.916.667	-	12.916.667
Itaú	Capital de Giro	CDI + 3,00% a.a.	Jul./27	-	3.444.444	-	3.444.444
Santander	Capital de Giro	CDI + 3,71% a.a.	Abr./28	4.083.333	5.979.168	4.083.333	5.979.168
Santander	Giro	CDI + 3,80% a.a.	Dez./26	-	-	-	3.333.333
Itaú	Giro	CDI + 6,63% a.a.	Jul./27	-	-	2.109.022	3.208.334
Itaú	Capital de Giro	CDI + 3,00% a.a.	Fev./30	50.600.000	-	50.600.000	-
				<u>62.035.503</u>	<u>55.989.565</u>	<u>64.144.526</u>	<u>62.531.231</u>
Passivo circulante				16.031.755	21.243.047	17.265.778	24.222.703
Passivo não circulante				46.003.747	34.746.518	46.878.747	38.308.529

b) Abaixo movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Início do período	55.989.565	41.679.958	62.531.232	49.722.203
(+) Captações	51.712.599	26.000.000	51.712.599	29.500.000
(+) Juros incorridos	10.495.854	8.031.294	11.327.487	9.512.850
(-) Amortização do principal	(45.628.219)	(11.793.732)	(50.128.222)	(17.233.650)
(-) Juros pagos	(10.534.296)	(7.927.955)	(11.298.570)	(8.970.172)
Fim do período	<u>62.035.503</u>	<u>55.989.565</u>	<u>64.144.526</u>	<u>62.531.231</u>

c) “Covenants” e garantias

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos adquiridos com instituições financeiras estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado que, entre outras, incluem:

- i) Obrigação da Companhia de envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por firmas de auditoria independente.
- ii) Cláusula restritiva (“covenant”) prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses (exercício fechado) deve ser igual ou inferior a 2,50 na dívida do Banco Santander e 3,00 na dívida com o Banco Itaú.

Para 2025 a Companhia se encontra adimplente com as cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recolher	20.668	40.465	84.127	42.201
PIS a recolher	89.751	87.370	135.822	116.390
COFINS a recolher	414.235	403.247	626.873	537.184
ISS a recolher	255	1.518	1.324	2.609
IRPJ a recolher	1.777.892	1.560.728	2.559.198	2.069.305
CSLL a recolher	711.324	642.409	1.033.925	852.134
Impostos retidos a recolher	15.546	18.250	18.538	20.980
Multas fiscais	-	-	107.156	-
	<u>3.029.671</u>	<u>2.753.987</u>	<u>4.566.963</u>	<u>3.640.803</u>

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários, férias e outras gratificações	475.256	293.941	657.636	482.271
INSS a recolher	252.036	171.703	346.977	276.278
FGTS a recolher	81.335	52.484	114.595	83.551
IRRF sobre a folha de pagamento	62.970	45.480	103.136	78.473
Outras obrigações trabalhistas	208	336	333	1.411
	<u>871.805</u>	<u>563.944</u>	<u>1.222.678</u>	<u>921.984</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, a Companhia não possui processos com probabilidade de perda estimada como provável e possível em 31 de dezembro de 2025 (R\$67.928 em 2024).

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A Companhia não estava envolvida em depósitos judiciais de natureza tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias diversas e/ou ambientais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

17. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS A PAGAR

Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição do Grupo Agile, conforme descrito na nota explicativa nº 9.a).

As parcelas estão sujeitas à atualização monetária pela variação do IPCA, tomando como base o índice de fevereiro de 2025 (data da assinatura do acordo de novação) até o mês do efetivo pagamento.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.826.491
Pagamentos	(9.000.000)
Ajustes/atualização	873.071
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.699.563
Pagamentos	(18.680.928)
Ajustes/atualização (inclui novação)	10.952.307
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>7.970.941</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar referente a aquisição do grupo Agile é de R\$7.970.941 (R\$15.699.563 em 2024), tendo sido pago no exercício de 2025 o montante de R\$18.680.928 (R\$9.000.000 em 2024).

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a pagar	862.877	1.036.315	884.894	1.174.766
Adiantamento de clientes	73.266	90.816	73.266	114.800
Adiantamento de Phantom Shares	17.595	17.595	17.595	17.595
Provisão para Phantom Shares	98.441	-	98.441	-
	<u>1.052.179</u>	<u>1.144.726</u>	<u>1.074.196</u>	<u>1.307.162</u>
Circulante	936.143	1.127.131	958.160	1.289.567
Não circulante	116.036	17.595	116.036	17.595

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é representado pelo valor de R\$35.575.864 dividido em 31.999.922 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

	2025		2024	
	Ações ordinárias	Participação	Ações ordinárias	Participação
Acionista majoritário	18.370.722	57,41%	18.370.722	57,41%
Demais acionistas pessoas físicas	2.284.046	7,14%	2.284.046	7,14%
Acionista pessoa jurídica	11.345.154	35,45%	11.345.154	35,45%
Total	<u>31.999.922</u>	<u>100,00%</u>	<u>31.999.922</u>	<u>100,00%</u>

b) Reservas especial de ágio

Refere-se à reserva oriunda do processo de entrada de novo sócio em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$26.250.000. Em 12 de julho de 2022 foi assinado um aditamento no contrato de compra e venda de ações em que foi decidido um ajuste de preço no valor da última integralização do capital social prevista para o fim de 2023, ocasionando no ajuste da última parcela a ser integralizada contra a reserva de ágio no valor de R\$1.444.140. Com isso temos de saldo de reserva de ágio o valor de R\$24.805.860.

c) Reservas legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Em 2025 não foi constituído devido ao prejuízo do exercício (constituído o montante de R\$462.242 em 2024). O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$1.372.909 (R\$1.372.909 em 2024).

d) Reservas de lucro e prejuízos acumulados

Reservas de lucros refere-se ao lucro acumulado da Companhia a ser destinados aos sócios e acionistas.

A rubrica de prejuízos acumulados refere-se ao resultado negativo apurado pela Companhia, ainda não absorvido por reservas de lucros ou por lucros futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no montante de R\$15.443.323 (lucro de R\$9.244.839 em 2024), o qual foi integralmente destinado à conta de prejuízos acumulados.

Com essa movimentação, em 31 de dezembro de 2025 o saldo da rubrica de prejuízos acumulados totaliza -R\$10.950.115.

e) Dividendos

Lucros e dividendos a pagar referente a distribuição de lucros trimestral conforme novo estatuto social da Companhia no qual menciona que os dividendos serão feitos na proporção de participação de cada acionista. Durante o ano de 2025 foram distribuídos dividendos aos acionistas no valor de R\$3.196.844 (R\$3.401.979 em 2024), restando o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$608.423 (R\$937.141 em 2024).

Movimentação de dividendos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	528.924
Provisão	3.401.979
Pagamento	(2.993.762)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	937.141
Provisão	3.196.844
Pagamento	(3.525.563)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	608.423

f) Reserva para plano de opção de compra de ações

Refere-se à reserva constituída em contrapartida ao reconhecimento da despesa com remuneração baseada em ações, decorrente do plano de incentivo de longo prazo da Companhia, em conformidade com o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

A constituição da reserva ocorre à medida que as opções outorgadas atingem as condições de “vesting”, sendo reconhecida no patrimônio líquido em contrapartida à despesa registrada no resultado do exercício.

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de abril de 2022, determinados membros da Administração e executivos da Companhia (“Participantes”) são elegíveis a participar de programas de outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opções”).

O Conselho de Administração poderá instituir, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga; (ii) os participantes elegíveis; (iii) o número de opções concedidas; (iv) os prazos para exercício; (v) as condições de “vesting”; e (vi) eventuais restrições aplicáveis.

O preço de exercício das opções é de R\$6.4854 por ação, atualizado pelo IPCA desde a data de outorga até a data do efetivo pagamento. O exercício das opções poderá ser antecipado integralmente em caso de ocorrência de Evento de Liquidez.

As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria, conforme decisão do Conselho de Administração. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não conferem direito a dividendos ou outros direitos patrimoniais ou políticos.

O valor justo das opções foi calculado na data de outorga de cada programa com base no modelo Black-Scholes. Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado do exercício, e na rubrica de patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e programa	No exercício findo em 31/12/2025	Valores a registrar em exercícios futuros
Primeiro Programa - 13/07/2022	651.802	98.341
Segundo Programa - 16/10/2025	92.491	1.343.779
Total	744.293	1.442.120

A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Total
Total de opção de compra de ações	244.897	244.897	489.794
Outorga de opções adicionais	-	-	-
Opções canceladas	-	-	-
Saldo do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2025	<u>244.897</u>	<u>244.897</u>	<u>489.794</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Primeiro Programa	Segundo Programa
Data da outorga	13/07/2022	16/10/2025
Preço da ação na concessão	6,6108	9,9483
Preço de exercício	6,4854	6,4854
Indexador	IPCA	IPCA
Taxa de juros livre de risco	13,25%	11,41%
Volatilidade	40%	40%
Taxa de dividendos	0%	0%
Número de opções em aberto	244.897	244.897

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com locação e prestação de serviços	42.829.686	40.186.319	66.675.327	61.116.796
Receita com revenda de acessórios e equipamentos	<u>1.866.152</u>	<u>939.831</u>	<u>6.243.544</u>	<u>15.964.736</u>
	<u>44.695.838</u>	<u>41.126.150</u>	<u>72.918.871</u>	<u>77.081.532</u>
Impostos sobre vendas e serviços	<u>(2.127.648)</u>	<u>(1.677.896)</u>	<u>(4.163.794)</u>	<u>(6.077.959)</u>
Receita operacional líquida	<u>42.568.191</u>	<u>39.448.254</u>	<u>68.755.077</u>	<u>71.003.573</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Custos</u>				
Custos da mercadoria vendida	(940.949)	(532.642)	(3.413.337)	(8.767.020)
Depreciação/Amortização - custo	(9.220.536)	(8.776.602)	(13.509.659)	(12.656.280)
Custos com fretes	(819.257)	(690.161)	(856.480)	(695.161)
Material aplicado no serviço	(186.457)	(153.112)	(188.289)	(153.112)
Custos com funcionamento	(469.343)	(605.463)	(556.888)	(1.237.602)
Custos com serviços de terceiros	(421.562)	(147.183)	(543.538)	(440.903)
Custos com veículos	(791.191)	(668.199)	(965.370)	(794.073)
Custos com manutenção	(1.955.309)	(1.973.704)	(3.246.741)	(1.973.704)
Custos com pessoal	(3.027.069)	(2.473.005)	(3.987.291)	(3.504.618)
Custos com viagens e estadias	(14.475)	(15.469)	(16.199)	(17.429)
Custos com cursos e treinamentos	-	(3.348)	-	(3.348)
Armazenagem	(15.881)	(1.692)	(15.662)	(239.449)
Outros custos	-	-	-	(5.502)
Total	<u>(17.862.029)</u>	<u>(16.040.580)</u>	<u>(27.299.454)</u>	<u>(30.488.201)</u>
<u>Despesas com vendas</u>				
Despesas com pessoal	(3.202.505)	(2.008.978)	(4.583.849)	(5.740.617)
Marketing, publicidade e propaganda	(500.349)	(239.339)	(505.647)	(483.836)
Outras despesas comerciais	(1.068.613)	(631.846)	(2.435.819)	(1.221.271)
Total	<u>(4.771.467)</u>	<u>(2.880.163)</u>	<u>(7.525.315)</u>	<u>(6.745.724)</u>
<u>Despesas administrativas</u>				
Despesas com pessoal	(2.785.138)	(981.711)	(3.208.000)	(2.062.176)
Despesas com funcionamento	(1.458.898)	(1.267.958)	(1.668.684)	(1.783.767)
Despesas com serviços de terceiros	(2.939.222)	(2.572.283)	(3.316.641)	(3.522.537)
Despesas com manutenção	(701.505)	(440.763)	(885.781)	(458.362)
Despesas com impostos e taxas	(307.869)	(280.564)	(463.422)	(370.082)
Despesas gerais	(883.267)	(672.393)	(917.541)	(1.427.674)
Perdas de créditos efetivos no período	(606.404)	(334.044)	(668.496)	(334.044)
Provisão para créditos com perdas esperadas	(3.359.135)	(1.854.125)	(4.205.719)	(1.599.091)
Depreciação e amortização	(1.634.598)	(1.592.432)	(1.706.151)	(1.594.533)
Total	<u>(14.676.036)</u>	<u>(9.996.273)</u>	<u>(17.040.435)</u>	<u>(13.152.266)</u>
<u>Outras receitas (despesas), líquidas</u>				
Despesas com M&A (ii)	(404.909)	(335.866)	(404.909)	(335.866)
Reversão da provisão de IR e CS sobre Perdas de crédito	181.603	1.188.163	181.603	1.188.163
Renegociação de aquisição de controlada (i)	(10.300.437)	-	(10.300.437)	-
Perdas com ativo imobilizado	(962.389)	-	(969.456)	-
Outras receitas operacionais	715.372	441.244	948.043	1.572.806
Outras despesas operacionais	(5.400)	(205.666)	(55.382)	(462.632)
Total	<u>(10.776.160)</u>	<u>1.087.875</u>	<u>(10.600.538)</u>	<u>1.962.071</u>

(i) Refere-se a renegociação de aquisição de controlada, conforme nota explicativa nº 9.a).

- (ii) A Companhia teve despesas no ano de 2025 e 2024 relacionadas ao M&A com gastos de auditoria e advocacia referente a cobranças de créditos em aberto, conforme detalhe abaixo:

	Controladora	
	2025	2024
Auditoria e consultoria referente a operações de M&A	(42.715)	(58.912)
Advocacia referente a operações de M&A	(362.194)	(276.954)
	<u>(404.909)</u>	<u>(335.866)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros incorridos	(11.161.521)	(8.067.000)	(12.019.029)	(9.512.850)
Descontos concedidos	(125.499)	(123.840)	(164.427)	(201.521)
Variação cambial passiva	(133.232)	-	(138.583)	(786.187)
Custo de captação de dívida	(559.440)	-	(559.440)	-
Perda na liquidação antecipada de empréstimo com aplicação vinculada (i)	(1.379.457)	-	(1.379.457)	-
Encargos financeiros sobre participações societárias	(651.870)	-	(651.870)	-
Outras despesas financeiras	(160.339)	(782.929)	(201.536)	(539.141)
	<u>(14.171.359)</u>	<u>(8.973.769)</u>	<u>(15.114.343)</u>	<u>(11.039.699)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	2.299.633	1.955.183	2.628.930	2.142.558
Descontos obtidos	27.251	67.898	32.188	84.913
Outras receitas financeiras	1.073.375	2.398.809	1.272.545	2.435.680
Variação cambial ativa	11.710	246.867	11.710	1.399.258
	<u>3.411.969</u>	<u>4.668.757</u>	<u>3.945.373</u>	<u>6.062.409</u>

- (i) Relacionado a perda com saldo de aplicação em garantia do empréstimo do banco Itaú que existiu devido a quitação antecipada do empréstimo, conforme nota explicativa nº 13.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia controladora e a Agile Med apuram o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro presumido, com base na presunção de lucros sobre a receita bruta, conforme legislação tributária vigente. A alíquota do imposto de renda é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder R\$240.000,00. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo determinada na forma legal.

Nos exercícios de 2024 e 2025, a apuração e o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social foram efetuados pelo regime de caixa, conforme permitido às pessoas jurídicas tributadas pelo regime de lucro presumido.

Conforme divulgado na nota de Eventos Subsequentes nº 28.a), a partir do exercício de 2026 a controladora passará a ser tributada pelo regime de lucro real, com apuração do imposto de renda e da contribuição social pelo regime de competência, em substituição ao regime de caixa anteriormente adotado. Para a controlada, será mantida a tributação pelo regime de lucro presumido, com apuração pelo regime de caixa.

	2025			
	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Presumido				
Receita com locação e prestação de serviços	42.829.686	42.829.686	66.675.327	66.675.327
Receita com locação e prestação de serviços ("intercompany")	-	-	172.252	172.252
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
	<u>13.705.500</u>	<u>13.705.500</u>	<u>21.391.225</u>	<u>21.391.225</u>
Receita com revenda de acessórios e equipamentos	1.857.255	1.857.255	6.455.199	6.455.199
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
	<u>148.580</u>	<u>222.871</u>	<u>516.416</u>	<u>774.624</u>
Receitas financeiras	3.450.129	3.450.129	3.779.426	3.779.426
Outras receitas	285	285	429.996	429.996
Ajustes na base de cálculo devido a regime caixa	4.954.848	4.954.848	4.954.848	4.954.848
Base de cálculo	<u>22.259.342</u>	<u>22.333.632</u>	<u>31.071.911</u>	<u>31.330.119</u>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IR/CSLL - Lucro Presumido	<u>(3.338.901)</u>	<u>(2.010.027)</u>	<u>(4.660.787)</u>	<u>(2.819.711)</u>
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240.000,00)	<u>(2.201.934)</u>	-	<u>(3.083.191)</u>	-
IR/CSLL - Lucro Presumido	<u>(5.540.835)</u>	<u>(2.010.027)</u>	<u>(7.743.978)</u>	<u>(2.819.711)</u>
Total IR/CS	<u>(7.550.862)</u>		<u>(10.563.687)</u>	
	2024			
	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Presumido				
Receita com locação e prestação de serviços	39.852.275	39.852.275	60.782.752	60.782.752
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
	<u>12.752.728</u>	<u>12.752.728</u>	<u>19.450.481</u>	<u>19.450.481</u>
Receita com revenda de acessórios e equipamentos	764.177	764.177	11.749.031	11.749.031
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
	<u>61.134</u>	<u>91.701</u>	<u>939.922</u>	<u>1.409.884</u>
Receitas financeiras	3.415.536	3.415.536	4.206.736	4.206.736
Base de cálculo	<u>16.229.398</u>	<u>16.259.965</u>	<u>24.597.139</u>	<u>25.067.101</u>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IR/CSLL - Lucro Presumido	<u>(2.434.410)</u>	<u>(1.463.397)</u>	<u>(3.689.571)</u>	<u>(2.256.039)</u>
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240.000,00)	<u>(1.598.940)</u>	-	<u>(2.411.714)</u>	-
IR/CSLL - Lucro Presumido	<u>(4.033.349)</u>	<u>(1.463.397)</u>	<u>(6.101.285)</u>	<u>(2.256.039)</u>
Total IR/CS	<u>(5.496.746)</u>		<u>(8.357.324)</u>	

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos financeiros

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.674.734	4.992.557	9.392.069	9.845.589
Contas a receber	6	8.717.137	11.023.124	13.096.298	17.741.326
Empréstimos e mútuos		353.311	-	353.311	-
Aplicações financeiras	8	1.020.140	12.171.277	1.020.140	12.171.277
		<u>16.765.322</u>	<u>28.186.958</u>	<u>23.861.818</u>	<u>39.758.192</u>
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	12	2.163.978	851.317	2.307.472	1.997.004
Empréstimos e financiamentos	13	62.035.503	55.989.565	64.144.525	62.531.231
Dividendos a pagar	19.e)	608.423	937.141	608.423	937.141
Participações societárias a pagar	17	7.970.941	15.699.563	7.970.941	15.699.563
		<u>72.778.845</u>	<u>73.477.586</u>	<u>75.031.361</u>	<u>81.164.939</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A gestão do capital é feita semanalmente pela Administração com o acompanhamento do fluxo de caixa e existência de compromissos nos próximos 12 meses. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo, todos os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados ao custo amortizado e não há complexidade em sua mensuração. Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados.

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio e taxa de juros, entre outros), o qual é submetido aos órgãos competentes da Administração para aprovação e posterior operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

b) Risco de liquidez

A Administração elabora um modelo de gerenciamento das necessidades de investimento e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais impactos decorrentes da inadimplência de seus clientes e visando diversificação de suas operações. Os valores sem previsão de recebimento são integralmente provisionados.

d) Riscos de mercado

A Companhia dedica-se à realização de locação de equipamentos médico-hospitalares. Além dos riscos que afetam de modo geral esse mercado, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos hospitalares, pode também haver risco de mudanças no investimento em infraestrutura, assim como eventuais alterações de regulamentos e leis aplicáveis a essa indústria. Dessa forma, as atividades da Companhia são afetadas de forma geral por diversos riscos de mercado, os quais representam o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela Administração, com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

e) Risco de juros

A Companhia está exposta ao risco de variação nas taxas de juros, principalmente atreladas ao CDI, incidente sobre seus empréstimos e financiamentos.

Com o objetivo de evidenciar a sensibilidade a esse risco, a Administração elaborou análise considerando cenários de aumento nas taxas de juros, conforme demonstrado abaixo:

Cenário	Variação da taxa	Impacto no resultado
Cenário provável	CDI 10,75% a.a.	-
Cenário possível	Aumento de 25%	(1.725.486)
Cenário remoto	Aumento de 50%	(3.450.972)

A análise de sensibilidade foi elaborada considerando a exposição consolidada da Companhia a taxas de juros variáveis na data-base de 31 de dezembro de 2025, mantendo-se constantes as demais variáveis. O impacto demonstrado refere-se ao aumento das despesas financeiras.

f) Risco cambial

A Companhia mantém operações denominadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares norte-americanos (USD), decorrentes principalmente da contratação de fornecedores no exterior para aquisição de mercadorias. Em razão dessas operações, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial, uma vez que oscilações nas taxas de câmbio podem impactar o valor dos passivos registrados e, conseqüentemente, o resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldos a pagar a fornecedores no exterior no montante de R\$921.129 (equivalente a USD167.423). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía exposição cambial relevante. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção (“hedge”) contra o risco cambial.

Com o objetivo de evidenciar a sensibilidade a esse risco, a Administração elaborou análise considerando cenários de variação na taxa de câmbio, conforme demonstrado abaixo:

Cenário	Variação da taxa de câmbio	Impacto no resultado
Cenário provável	R\$5,50/USD	-
Cenário possível	Aumento de 25%	(230.282)
Cenário remoto	Aumento de 50%	(460.565)

A análise de sensibilidade foi elaborada considerando a exposição da Companhia em moeda estrangeira na data-base de 31 de dezembro de 2025, mantendo-se constantes as demais variáveis. O impacto demonstrado refere-se ao aumento dos passivos em moeda estrangeira e conseqüente efeito negativo no resultado.

25. SEGUROS

A Companhia mantém apólices para cobertura de possíveis sinistros relacionados a frota de veículos, responsabilidade civil de funcionários externos e seguro de vida pessoal de funcionários. A política da Companhia é manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em face dos riscos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas das apólices contratadas possuem as seguintes coberturas:

Seguros	Vencimento	Cobertura
Seguro Empresarial	30/10/2025 a 30/10/2026	5.000.000
Seguro Patrimonial	10/04/2026 a 10/04/2027	10.217.535
Seguro Transporte	30/09/2025 a 30/09/2026	750.000

26. PARTES RELACIONADAS - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e alta Gerência. Houve remuneração paga aos Diretores no exercício no montante bruto de R\$1.270.175 (R\$1.446.000 em 2024).

Adicionalmente, a Companhia mantém transações com partes relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			
	2025	2024		
Ativo				
Mútuo com acionista (ativo)	353.311	-		
Total	353.311	-		
	Controladora		Consolidado	Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Dividendos a pagar (passivo)	608.423	937.141	608.423	937.141
Total	608.423	937.141	608.423	937.141

O mútuo refere-se a contrato firmado com acionista da Companhia, no montante original de R\$917.211, com vencimento em 18 de março de 2026, atualizado monetariamente pelo IPCA, acrescido de encargos legais aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R\$353.311.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transações que não envolveram movimentações de caixa:

Descrição	Nota explicativa	2025	2024
Aquisição de Imobilizado (não pagos)	10	1.052.344	1.670.240
Venda de Imobilizado a receber (não recebidos)	10	1.510.886	-
Ajuste de renegociação de aquisição de controlada	9	10.300.437	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) A partir de 1º de janeiro de 2026, a Controladora passou a adotar o regime de tributação pelo Lucro Real, em substituição ao regime do Lucro Presumido vigente até 31 de dezembro de 2025.

A mudança de regime tributário decorre de decisão estratégica da Administração, considerando o crescimento das operações, o volume de créditos fiscais recuperáveis e a expectativa de maior eficiência tributária no novo regime.

Por tratar-se de evento subsequente que não gera efeitos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve ajustes nos valores reconhecidos. Os impactos tributários decorrentes da nova sistemática serão reconhecidos a partir do exercício social de 2026.

- b) Em 17 de março de 2026, a Companhia celebrou operação de crédito junto ao Santander, no montante de R\$10.000.000. A operação possui vencimento em 26 de fevereiro de 2030 e é remunerada a juros equivalentes a CDI acrescido de 3,31% ao ano, calculados de forma exponencial pro rata temporis, com base em 252 dias úteis.

A captação foi realizada com o objetivo de reforço de caixa, visando suportar um desengajamento financeiro pontual relacionado ao pagamento da última parcela de obrigação por aquisição de participação societária a pagar.

A Administração entende que a referida operação não altera de forma relevante a posição financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025, sendo, portanto, divulgada como evento subsequente. A companhia permanece em “compliant” com os “covenants” dos empréstimos.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de abril de 2026, os acionistas da Companhia aprovaram a emissão e autorizaram a divulgação das presentes demonstrações financeiras, as quais estão aprovadas para divulgação.
